



Marrakesh, Marrocos, 17 de novembro de 2016

Aos

Exmo. Ministro do Meio Ambiente e Chefe da Delegação Brasileira na COP22, Sr. José Sarney Filho

Exmo. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Blairo Borges Maggi

Excelentíssimos Senhores Ministros,

O Observatório do Clima cumprimenta-os e ao governo brasileiro por sua participação ativa na Vigésima Segunda Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas, a COP22, em Marrakesh. A presença de dois membros do primeiro escalão do governo no encontro sinaliza que o Brasil entende a importância do tema mudanças climáticas na agenda internacional e a estreita relação desta com nossa agenda doméstica. Especialmente após a eleição presidencial americana, ela também abre uma oportunidade de demonstração de engajamento por parte do Brasil, sexto maior emissor de gases de efeito estufa do planeta. Uma presença ampliada do país neste fórum faz bem ao multilateralismo e às aspirações de inserção internacional do Estado e da sociedade brasileira.

Causa-nos surpresa e preocupação, no entanto, o conjunto de posições que vêm sendo externadas publicamente por Va.Ex^a., Ministro da Agricultura, Sr. Blairo Maggi, em Marrakesh sobre a sustentabilidade da agropecuária brasileira, sobre o papel da agropecuária na mitigação das mudanças climáticas, sobre violência no campo e sobre a mitigação das mudanças climáticas como um peso a produtores brasileiros. Pedimos a licença de V.Ex^{as}., portanto, para elencar, abaixo, ponderações acerca de algumas destas colocações, expressas ao longo dos últimos dias:

Sobre a sustentabilidade da agropecuária

Afirmou, o Sr. Ministro Blairo Maggi, durante o lançamento da Plataforma BioFuturo, em Marrakesh, no dia 16 de novembro de 2016:

“Nós temos uma agricultura que diria, sem nenhum medo de errar, que é a agricultura mais sustentável do mundo (...) Todos os córregos, os rios do Brasil são protegidos por uma legislação. Mas, mais que a legislação, são protegidos pela consciência dos produtores brasileiros”



Apesar da redução das taxas anuais de destruição florestal na Amazônia na última década, o Brasil ainda é um dos países que mais desmatam no planeta, senão o primeiro do ranking. Somando Amazônia e Cerrado, perdemos, ainda hoje, cerca de 12 mil quilômetros quadrados de florestas por ano. Em 2015, a taxa de desmatamento na Amazônia cresceu 24%, e voltou a crescer em 2016 – os números não foram divulgados, mas há indicações de que tenhamos retornado ao patamar de 7.000 km². Esta subida por dois anos consecutivos na taxa anual de desmatamento na região ocorre pela primeira vez em 12 anos.

O passivo florestal em APP (áreas de preservação permanente) dentro de propriedades privadas – entre elas as margens de rios que o ministro disse que estão protegidas – é de 40 mil km². E este passivo só não é maior porque o novo Código Florestal, cuja mudança foi apoiada pelo ora ministro, à época senador, reduziu em 58% a quantidade de áreas que foram desmatadas ilegalmente a serem recuperadas, a partir da anistia parcial ao passivo do antigo Código Florestal.

Um dos únicos instrumentos do novo código que permitiria algum controle sobre o que o ministro chama de “consciência” dos produtores é o CAR (Cadastro Ambiental Rural), o mapa de uso do solo de propriedades rurais do país, que permitirá detectar desmatamentos ilegais feitos a partir de 2008 e aplicar as sanções legais. No entanto, o Congresso Nacional já prorrogou duas vezes os prazos para o cadastro de todas as propriedades rurais no Brasil, e o monitoramento da “consciência” dos produtores, hoje, só se tornaria possível a partir de dezembro de 2017, isto se outra extensão de prazo não for concedida.

Sobre os custos da proteção ambiental em propriedades privadas

A Revista Globo Rural, em reportagem de 14 de novembro de 2016, atribui ao Ministro Blairo Maggi o seguinte:

“Aos produtores rurais cabe a tarefa de reflorestar 12 milhões de hectares e recuperar 15 milhões de pastagens degradadas para melhorar a eficiência da pecuária e evitar novos desmatamentos. Também cabe ampliar a área de plantio direto, a redução uso de nitrogênio nos adubos usando inoculação de rizobiuns nas gramíneas”, disse o ministro, que calcula o custo das intenções previstas no Acordo de Paris em cerca de US\$ 40 bilhões. “Quem vai pagar esta conta?”, questiona o ministro, acrescentando que os agricultores do Brasil fornecem alimentos a bilhões de pessoas usando 8% do território nacional para plantio e 19,7% para pecuária e ainda preservam às suas custas 11% do território brasileiro em suas propriedades”

Senhores ministros: não sabemos a origem e as contas por detrás desta estimativa de custo (US\$ 40 bilhões), nem a quais componentes da NDC brasileira ela se aplica. No entanto, num cálculo simples, US\$ 40 bilhões até 2030 (prazo das ações contempladas na NDC) equivalem, utilizando-se uma taxa de câmbio de R\$ 3,2, a pouco menos de R\$



10 bilhões por ano em 13 anos. Apenas em 2016 o Plano Safra destinou R\$ 202 bilhões ao financiamento do setor agropecuário, cuja inadimplência histórica média é de cerca de 5%. Somente o custo de equalização dos juros do Plano Safra, em julho de 2015, atingiu R\$ 13,4 bilhões. Ou seja, mesmo admitindo que a estimativa do ministro Blairo Maggi esteja certa, haveria dinheiro para bancar a NDC. Bastaria, para isso, que os agricultores pagassem suas dívidas.

Além disso, parte importante das ações previstas na nossa NDC são baseadas no simples cumprimento da lei, do Código Florestal. Não se pode simplesmente caracterizar como ônus o cumprimento de obrigação legal, como a restauração de 12 milhões de hectares que compõem parte do passivo florestal em propriedades privadas no país.

E enquadrar a proteção ambiental e climática como um ônus para o produtor segue uma lógica muito reducionista. Pode-se, por exemplo, questionar quem pagará pelos 6.200 quilômetros quadrados desmatados na Amazônia em 2015, que emitiram 300 milhões de toneladas de CO₂ – um custo de R\$ 10 bilhões, assumindo-se um valor de carbono de US\$ 10 por tonelada – ou os custos para a sociedade brasileira de um desmatamento anual de 7.000 km², somente na Amazônia, que pode ser a má notícia a ser anunciada pelo governo brasileiro nos próximos dias. Ao fazer isso, desestimula a ação e ajuda a fechar os olhos do setor às imensas oportunidades econômicas que o Acordo de Paris traz para a agropecuária brasileira.

Sobre mortes de ativistas ambientais

Afirmou, o Sr. Ministro Blairo Maggi, também em painel durante o Global Landscape Forum, em Marrakesh, no dia 16 de novembro de 2016:

“Nós temos conflitos, sim, no Brasil, não podemos negar. Mas eles não são dessa forma. Existem muitas brigas, muitas coisas que acontecem que são ditas, que são relacionadas a briga de terra, a briga por posse da terra, a briga por questões ambientais. Mas quando você vai no cerne da questão, você vai ver que tu tem problema de relacionamento de pessoas de determinados lugares e que não pode ser computado nesta questão.”

O Brasil não é apenas o país do mundo onde mais se mata ambientalistas. Segundo a *Global Witness*, organização estabelecida em 1993, apenas em 2015 foram 50 mortes, um terço do total mundial – em sua maioria na Amazônia brasileira. Afirmar, portanto, que esses óbitos se devem a “problemas de relacionamento” pode ser comparado ao negacionismo climático expresso, por vezes, pelo presidente eleito dos EUA, como quando disse o aquecimento global é invenção dos chineses para tornar a indústria americana menos competitiva.



Sobre agricultura brasileira e mudanças climáticas

Afirmou, o Sr. Ministro Blairo Maggi, ainda em painel durante o Global Landscape Forum, em Marrakesh, no dia 16 de novembro de 2016:

“Para mim, a agricultura faz parte da solução do problema que nós temos a discutir. Ela não é a vilão do aquecimento global que aí está”

Senhores Ministros: de acordo com o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima, a partir de cálculos baseados em metodologia desenvolvida pelo governo federal para o Terceiro Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antropogênicas de Gases de Efeito Estufa, a atividade agropecuária respondeu, em 2015, por 69% das emissões brutas de gases de efeito estufa do Brasil, quando contabilizadas as emissões diretas e indiretas, em especial o uso final das terras desmatadas. 1,3 bilhão de toneladas brutas de CO₂ equivalente foi emitido para atmosfera em decorrência da atividade agropecuária no Brasil em 2015. Se fosse um país, a agropecuária brasileira seria o 8º maior emissor do planeta, à frente do Japão. Desse total, 900 milhões de toneladas se deveram apenas ao desmatamento, feito sobretudo para a pecuária. Outras 430 milhões de toneladas se deveram a emissões diretas – 22% do total nacional.

Portanto, o setor rural brasileiro tem uma imensa responsabilidade sobre a contribuição brasileira para as emissões globais de gases de efeito estufa e, portanto, para o aquecimento global. Avanços na luta contra o desmatamento foram feitos na última década, o que deve ser reconhecido. Mas estamos muito longe de uma agropecuária sustentável. E afirmar que o Brasil mantém 61% do seu território coberto por vegetação nativa ainda esconde o fato de que mais de 20% da Amazônia, de 50% do Cerrado e de 90% da Mata Atlântica foram destruídos, em sua maioria para a atividade agropecuária.

No entanto, a boa notícia é que as coisas não precisam ser assim. O Brasil tem hoje tecnologias testadas, aprovadas e já operando em escala para converter a agropecuária em atividade eficiente na mitigação das mudanças climáticas. Uma das principais é a recuperação de pastagens degradadas, que integra os compromissos da NDC brasileira e as metas do Plano de Agricultura de Baixo Carbono para 2020. Pastos degradados são emissores de carbono – os pastos brasileiros emitem hoje mais de 200 milhões de toneladas de CO₂ equivalente por ano – enquanto pastos bem manejados (os que teremos se cumprirmos com as metas do Plano ABC e da NDC) sequestram carbono. Portanto, se todo o crédito agropecuário for destinado a financiar atividades e sistemas produtivos de baixa emissão de carbono, os produtores ganharão mais dinheiro, ao mesmo tempo em que mitigarão o aquecimento global.

Zerar todo o desmatamento, legal e ilegal, em linha com o compromisso do Brasil nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é outra decisão prioritária que o país deve



adotar. Como o próprio ministro admite, o desmatamento está (há anos) descolado do crescimento do PIB nacional, então não há razão econômica ou moral para não acabar com ele. E para atender a demanda por alimentos do Brasil e para exportação nas próximas décadas não dependemos da expansão de áreas agrícolas e de pastagens em nenhum hectare adicional. Basta cumprirmos com as metas do Plano ABC e da própria NDC de recuperação de pastagens (30 milhões de hectares) para ter espaço suficiente para, com sobra, atender àquelas demandas.

Senhores Ministros: estamos seguros de que a agropecuária brasileira pode ser parte da solução, e não do problema das mudanças climáticas, como hoje ocorre.

Reconhecer nossos problemas e virtudes é um primeiro e fundamental passo que possamos corrigir rumos, valorizar e dar escala às nossas soluções, a fim de trazer benefícios para a eficiência da produção rural do Brasil, para o produtor, para a economia brasileira e sua competitividade internacional e para o clima do planeta.

O Observatório do Clima coloca-se à disposição não apenas para tratar dos pontos referidos nesta carta, como também para a construção do caminho que nos levará a cumprir com nossos compromissos climáticos nacionais e internacionais, e superá-los, de forma a contribuir para que o limite de aquecimento global previsto no Acordo de Paris seja viabilizado, com benefícios para a economia brasileira, em seu todo, assim como a do setor agropecuário do país.

Cordialmente,

André Ferretti, Coordenador-Geral do Observatório do Clima

Carlos Rittl, Secretário Executivo do Observatório do Clima